NOTÍCIAS AFRICANAS 10

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL — 10 A 16 DE MAIO DE 1993

ANGOLA

...E a guerra continua...

As negociações de Abidjan chegaram ao fim sem que as duas partes litigantes, o governo de Angola e o movimento rebelde Unita, chegassem a um acordo baseado num protocolo que a *troika* de mediadores (Estados Unidos, Rússia e Portugal) prepararam. Segundo o embaixador Antônio Monteiro, representante de Portugal, "a proposta é equilibrada, oferece garantias políticas e militares às duas partes e conta com a concordância das Nações Unidas e do presidente da Costa do Marfim".

Um dos pontos-chave de discordância é que a Unita insiste em só se retirar dos territórios ocupados após a chegada dos *capacetes azuis* da ONU. Ora, essa intervenção não será possível senão dentro de alguns meses. Perante isso, o presidente da Costa do Marfim procurou contornar a intransigência de Savimbi dando o aval do seu governo ao protocolo proposto pelos mediadores. O embaixador Edmund Djarnette, representante dos Estados Unidos, foi muito claro quando explicou à delegação da Unita que é "irrealista e desajustada" a exigência de Savimbi e insistiu em que a Unita deve dar de pronto uma prova concreta da sua vontade de pôr termo à guerra, de acordo com as Resoluções 804 e 811 do Conselho de Segurança, que o obrigam a retirar suas tropas das áreas ocupadas.

Apesar disso, o secretário geral da Unita, general Manuvakola, justifica a negativa do seu movimento dizendo que, como militar, "conhece melhor a situação no terreno". Ele afirma que os soldados da Unita não vão abandonar as cidades para deixar entrar o governo de Luanda. E significativamente esclarece que os seus homens "não sabem nem querem saber nada das resoluções do Conselho de Segurança e da *troika*".

Por sua vez, a área política da Unita, depois do desgaste político que sofreu pelo bloqueio das negociações, procura justificar a sua postura repetindo a denúncia de que há uma conspiração internacional que visa expoliar os angolanos *genuínos* e apoderar-se das riquezas de Angola. Ultimamente, essa denúncia passou a incluir os dois dos maiores aliados da Unita: os Estados Unidos e a Costa do Marfim. Manuvakola chegou a considerar uma tentativa de emboscada o fato de o ministro das Relações Exteriores da Costa do Marfim, Essy Amara, ter convidado a delegação da Unita a se deslocar em seu avião a Angola, passando por Luanda antes de dirigir-se ao Huambo, atual quartel-general de Savimbi. A emboscada estaria configurada na escala em Luanda, onde, segundo Manuvakola, a delegação da Unita seria presa ou assassinada.

Enfim, enquanto o primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, esclarece que novas negociações serão inevitáveis, "já que nenhuma das partes pode vencer militarmente", o general Arlindo Ben Ben, chefe das tropas da Unita, afirma estar pronto para marchar sobre Luanda e que seu exército tem capacidade para tal. Essa declaração soa um pouco estranha quando se sabe das dificuldades de combustível que tem a Unita para se deslocar no Sul, longe do abastecimento proveniente do Zaire.

José Maria Nunes Pereira

ÁFRICA DO SUL

A improvável aliança ANC-Partido Nacionalista

A ameaça de deflagração de uma campanha de desobediência civil, reivindicando eleições ainda este ano, não foi cumprida. Aparentemente contraditório, embora necessário, o discurso do ANC revelou-se puramente retórico. Foi dito o que as bases do movimento queriam ouvir. Na prática, contudo, prevaleceu a postura realista da cúpula do movimento liderado por Nelson Mandela.

Os adversários mais perigosos do ANC não estão no governo sul-africano e no Partido Nacionalista. A sinceridade do reformismo de De Klerk, evidenciado no pedido de desculpas dirigido àqueles atingidos pelo regime segregacionista do *apartheid*, é inequívoca. Nas últimas semanas, o presidente reconheceu as qualidades pessoais de Mandela, reputando-as próprias de um presidente da república. Cabe salientar, aliás, o fato de setores do Partido Nacionalista estarem estimulando uma possível aliança com o ANC. No entanto, essa insólita articulação esbarra nos laços estreitos unindo o ANC e o Partido Comunista sul-africano. Para De Klerk, a face comunista do ANC é inaceitável.

O reformismo de De Klerk tem como eixo a demolição lenta e dialogada do *apartheid*. O programa do Partido Nacionalista praticamente esgota-se com o reformismo. Não é oferecido, sequer implementado, um elenco de medidas capazes de combater os graves problemas sociais da África do Sul. Essa é a diferença. O ANC tem propostas para combater as disparidades de renda na sociedade sul-africana. O seu programa não termina com o ocaso do *apartheid*.

A velocidade da crise sul-africana diminuiu. As reuniões visando à definição do calendário político da transição foram reiniciadas. Mas não sairá delas a panacéia capaz de resolver todos os problemas da África do Sul, pois certamente a resolução civilizada da crise está condicionada ao êxito do diálogo.

Roquinaldo Amaral Ferreira

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA:
- **Unita atinge avião da ONU (Pág. 3)**
- **Cahora Bassa – Financiamento assegurado (Pág. 3)**
- **Governo e Unita condenados a entenderem-se (Pág. 4)**
- **Ambiente de guerra (Pág. 5)**
- **Em luta pela paz (Pág. 6)**
- **Entrevista com Marcelino Moco (Pág. 7)**
- **Acordo em Abidjan e ofensiva em Luanda (Pág. 7)**
- **Tensão aumenta em Luanda (Pág. 8)**

PALOP:
- **Os cinco Palop em debate Pág. 9)**

ÁFRICA DO SUL:
- **Inkatha está pessimista (Pág. 10)**
- **África do Sul arrasta conversações (Pág. 10)**
- **África do Sul em perigo de vida (Pág. 11)**

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
- **Novo líder em São Tomé (Pág. 10)**

GUINÉ-BISSAU:
- **Entrevista do ministro dos Negócio Estrangeiros (Pág. 11)**

MOÇAMBIQUE:
- **Renamo prossegue boicote (Pág. 12)**
- **Bye bye zimbabweanos (Pág. 13)**
- **Maputo sem alma (Pág. 14)**

ANGOLA

Savimbi continua sendo o melhor cabo eleitoral do governo

Logo após a vitória eleitoral do MPLA, em setembro de 1992, ouvimos algumas vozes afirmarem que o maior "cabo eleitoral" do MPLA havia sido o próprio Savimbi, com a sua campanha arrogante, militarista, excludente (por vezes, explicitamente racista), que assustou muitas dezenas de milhares de possíveis eleitores seus descontentes com a administração desgastada e corrupta do partido único governamental.

Observando a batalha diplomática que acompanha esta nova fase da guerra entre o governo e os rebeldes da Unita, não podemos deixar de lembrar dessas vozes. Tal como na campanha eleitoral, Savimbi continua *cabo eleitoral* do governo de Luanda. Ele vem se incompatibilizando tanto com seus aliados que Luanda não tem precisado fazer muitos esforços para carrear novos apoios à sua posição.

A primeira mudança que percebemos veio do lado português, onde Savimbi tinha ainda fortes aliados. Bastou suas veladas ameaças à comunidade portuguesa residente em Angola, em especial os cooperantes, para que a situação se tornasse bastante desfavorável para ele e obrigasse ao silêncio seus aliados mais renitentes.

Outro fator de desgaste político para a Unita foi o seu desprezo ostensivo pelas resoluções do Conselho de Segurança e os insultos pessoais dirigidos a Margareth Anstee, representante da ONU em Angola. Acresce ainda as atitudes arrogantes, beirando a chantagem, expressas por Savimbi e que colocaram em má situação seus aliados norte-americanos. A situação não se tornou mais grave para a Unita porque Washington considera irreversível a vitória do governo do MPLA mas pretende enfraquecê-lo fazendo participar dele a Unita, de modo que os interesses americanos fiquem melhor defendidos frente às alianças muito estreitas que o governo de Luanda vem tecendo com a Europa.

Já nos referimos, em outra matéria desta edição, ao desgaste das relações entre Savimbi e o presidente da Costa do Marfim, seu melhor aliado na África Ocidental. Resta falar da África do Sul. Mas nesse caso a iniciativa coube a Luanda e a Pretória o mérito, a confirmar, do realismo político.

A última expressão dessa atitude foi a viagem à África do Sul, semana passada, do general Ndalu, homem de confiança do presidente Dos Santos. Ele foi negociar o retorno da Mobil Dil sul-africana à exploração de petróleo. Lembremo-nos de que a África do Sul ainda sofre um embargo internacional relativo ao fornecimento de petróleo, daí o seu interesse em Angola – entre outros ainda maiores, comos os diamantes. Contudo, o governo de Luanda espera obter em troca "um sério compromisso de Pretória no sentido de bloquear qualquer tipo de apoio à Unita". (JMNP)

A ofensiva militar do governo

Como assinalamos no nº 9 de **Notícias Africanas**, *as tropas governamentais vêm intensificando os combates no Norte com o objetivo de retomar pontos estratégicos e obrigar a Unita a abandonar as zonas diamantíferas, sua principal fonte de divisas através do contrabando de diamantes. Foi por esse motivo que as Forças Armadas retomaram Ndalatando e estão atacando Luzamba, a segunda área diamantífera, logo depois de Lucapa, ambas na província da Lunda Norte. Luzamba é explorada sob concessão pela empresa brasileira Norberto Odebrecht. A rádio Vorgan, da Unita, denunciou que o governo está utilizando nesse ataque comandos especiais mercenários transportados por helicópteros.*

Aliás, as Forças Armadas vêm trocando, em muitos casos, uma tática de guerra convencional por ações de guerrilha destinadas a neutralizar as concentrações de tropas da Unita nos arredores das cidades, como está ocorrendo na base de Negage e em Oralange. Entretanto, no Sul, a Forças Armadas estão tendo imensas dificuldades em manter o controle de Bié e Menongue, no Sul, cercada pela Unita.

Com o abandono unilateral por parte do governo angolano da cláusula "triplo-zero" do Acordo de Bicesse, que o impedia de adquirir material bélico, as Forças Armadas esperam aumentar o seu potencial de fogo com armamento adquirido em antigos e novos fornecedores. Entre os antigos, o destaque parece continuar sendo a Ucrânia e entre os novos surge a Índia, Israel, além de outros não confirmados, como Portugal.

Além das Forças Armadas, que se organizam melhor, o governo conta com a polícia antimotim, os famosos ninjas. *Treinada na Espanha, com um contingente que se aproxima dos 30 mil homens, os* ninjas, *pelo treinamento especial, recebem um bom salário, pago a tempo, enquanto as forças regulares sofrem do crônico atraso. A verdade é que a ação da força antimotim só foi mais decisiva nos confrontos urbanos do que na atual fase. Tudo isso transparece numa certa animosidade entre ela e as Forças Armadas.*

Numa comparação entre as forças governamentais e as da Unita, verifica-se que, embora as primeiras possuam uma força aérea regular, esta tem tido a sua atuação prejudicada em função da forte defesa antiaérea dos rebeldes, onde sobressaem os mísseis Stinger, fornecidos pelos americanos, e os canhões antiaéreos de origem sul-africana. O tempo, contudo, favorece o governo não só pelo êxito diplomático como pela recuperação financeira na aquisição de armamento, na estruturação crescente das Forças Armadas e na logística, onde não falta combustível nem acesso ao mar.

Lembro-me de, logo após o reinício dos conflitos, um executivo de grande empresa brasileira me alertar para o fato de o governo angolano ter investido muito nas eleições mas não ter guardado um bom dinheiro em caixa para a eventualidade de guerra, que acabou ocorrendo. Mas Luanda está se saindo bem da situação. E contamos que a intervenção dos 15 mil capacetes azuis *prometidos pela ONU leve as duas partes a não sair da mesa de negociações sem uma assinatura definitiva de acordo.* (JMNP)

UNITA atinge avião da ONU

PÚBLICO, 27.4.93

ANGOLA continuava ontem em plena guerra, apesar das múltiplas iniciativas da ONU, de Portugal, dos Estados Unidos, da Rússia, da Costa do Marfim e de outras entidades para acabarem com um conflito que está a ameaçar quase dois milhões de pessoas de morrer à fome.

A Rádio Nacional daquele país lusófono anunciou que, pelas 11h30 locais (meio-dia e meia em Lisboa), homens da UNITA alvejaram um avião do Programa Alimentar Mundial (PAM), das Nações Unidas, que acabara de descolar, depois de ter descarregado auxílio para a população de Luena, capital da província do Moxico.

Os sete tripulantes do Antonov AN-12, fretado pelo PAM, conseguiram sobreviver ao incidente, na generalidade com pequenos ferimentos — disse a rádio de Luanda, num dia em que o ministro marfinense dos Negócios Estrangeiros, Effy Amari, estava em Angola, tentando aproximar as duas partes em guerra.

Cerca das 18h00 o escritório da UNITA em Lisboa ainda não prestara qualquer informação sobre a notícia, mas já noutras ocasiões elementos do grupo haviam alvejado a tiro aparelhos das Nações Unidas, apesar da organização estar a fazer esforços para restaurar a paz a que há dois anos se conseguira chegar nas negociações de Bicesse.

Pouco depois, a porta-voz regional do PAM em Harare, Mercedes Sayaguès, declarava à France Presse que o piloto russo do avião atacado ontem se encontrava em estado crítico, depois de haver feito uma aterragem de emergência num campo minado

No dia 17 deste mês membros da UNITA abriram fogo sobre um avião do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados que aterrava na cidade de Mbanza Congo para fornecer mantimentos a populações em crise. E no dia 5 o PAM cancelara todos os voos para outra capital provincial, Uíje, depois de o movimento de Jonas Savimbi lhe ter atacado ali uma das suas aeronaves.

O Programa disse ontem que os angolanos necessitam de receber durante os próximos 12 meses 350.000 toneladas de alimentos, a começar por 282.000 toneladas de cereais. Mas se a guerra continuar a carência será ainda muito maior.

Aquela agência das Nações Unidas explicou que um dos seus grandes problemas é a forma como há-de fazer chegar o auxílio às populações, dada a destruição e a minagem das estradas e os ataques aos voos humanitários.

Tais informações foram dadas num dia em que, interrompidas as conversações iniciadas a 12 de Abril em Abidjan, o enviado do Presidente Félix Houphouet-Boigny esteve em Luanda com o primeiro-ministro Marcolino Moco e seguiu daí para o Huambo, a ver se conseguiria dialogar com Savimbi.

Tentar a paz

O objectivo de Amari é convencer as duas partes angolanas a assinarem um documento que permita a reposição da paz em Angola. Mas a denúncia por Luanda, na sexta-feira, da cláusula dos acordos de Bicesse que proíbe aos signatários receber auxílio militar externo poderá complicar ainda mais a situação.

"Como podemos ter confiança no Governo se a cláusula do triplo zero não continuar em vigor?" — perguntou o secretário da UNITA para as questões da Informação, Jorge Valentim, que tem chefiado a delegação do seu movimento nos contactos de Abidjan.

Observadores citados pela agência Lusa diziam ontem não entender como é que o Governo de Angola defende à mesa das conversações a plena validade do que há dois anos foi acordado em Portugal e depois denuncia unilateralmente uma das suas principais cláusulas.

Entretanto, em Lisboa, um dos poucos deputados que no Parlamento de Luanda representam uma UNITA que os não reconhece, Norberto de Castro, afirmava à estação de rádio TSF que durante 16 anos foi enganado por Savimbi e que não acredita na garantia imediata de um cessar-fogo, pois que aquele movimento não tem em Abidjan "os generais que conduzem a guerra".

Castro, antigo responsável pelas actividades informativas da UNITA em Portugal, aonde agora veio visitar a família e submeter-se a exames médicos, tem vivido nos últimos seis meses em Luanda, sob "custódia" do Governo angolano, mas declarou continuar a sentir-se um homem daquele partido, apesar de profundamente desiludido com a orientação dada ao mesmo por Savimbi. ■ **J.H.**

Cahora Bassa

Financiamento assegurado

PÚBLICO, 28.4.93

O FINANCIAMENTO para a reconstrução das linhas de transmissão de energia de Cahora Bassa para a África do Sul ascende a 125 milhões de dólares (perto de 18,7 milhões de contos), foi ontem anunciado em Lisboa pela presidência da comissão conjunta permanente para o empreendimento, actualmente exercida pelo embaixador de Portugal no Maputo, Manuel Lopes da Costa.

O processo de financiamento foi acordado nas reuniões entre as delegações que integram aquele organismo — Portugal, Moçambique e África do Sul — prevendo-se que os trabalhos no terreno se iniciem dentro de quatro a cinco meses, segundo o mesmo diplomata, com a reedificação das torres que foram sabotadas.

Os três países representados na comissão conjunta participam no financiamento, cabendo cerca de 50 milhões de dólares à África do Sul, outro tanto a Moçambique, através de um donativo italiano, sendo os restantes referentes à contribuição portuguesa. Explícito nos documentos sobre o financiamento é o destino a dar a cada uma das parcelas. Assim, a verba a conceder pela África do Sul será canalisada para a reconstrução das torres, enquanto a contribuição italiana será utilizada para as obras de levantamento da linha. Quanto à comparticipação portuguesa, tem por fim a instalação de cabos, produto para o qual se conta com a indústria portuguesa.

Para o embaixador Lopes da Costa, foram "ultrapassados os problemas políticos, financeiros e de segurança que impediam a reconstrução de Cahora Bassa", frisando, por outro lado, a "boa-vontade portuguesa" em relação a este financiamento, já que a responsabilidade de manutenção das linhas competirá exclusivamente a Moçambique e África do Sul.

O calendário definido aponta para que a linha da maior barragem da África Austral esteja em funcionamento no início de 1996 e deverá representar cerca de oito por cento da energia a consumir pelos sul-africanos. Para a mão-de-obra, estão estimados custos aproximados a quatro milhões de contos e o grande objectivo é "dar trabalho a toda a gente, quer se seja da Frelimo, quer se seja da Renamo", evitando-se, assim, que "alguém se sinta excluído".

Com o avanço nas conversações de paz em Moçambique, Cahora Bassa passou a ter um novo significado político, sublinha Lopes da Costa, como "elemento da maior importância no desenvolvimento regional dos países da África Austral". É nesta perspectiva que se insere a conclusão das negociações para o fornecimento de energia eléctrica ao Zimbabwe, estando também já acordado o processo de financiamento a este projecto, que há cerca de três anos espera ser concretizado. A construção das linhas de transmissão para o Zimbabwe tem por principais financiadores a Itália, França, países nórdicos, para além de duas instituições financeiras vocacionadas para programas de auxílio financeiro a esta região, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Na linha de diversificação dos clientes deste empreendimento, perfila-se agora a candidatura do Malawi, um país agrícola para o qual Cahora Bassa é considerada imprescindível para iniciar o seu processo de industrialização. ■

Lurdes Ferreira

Uma seleção criteriosa de recortes, precedida de comentários, das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a África Austral publicadas em jornais e revistas.

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

LIGUE PARA 531-2000 (R. 259)

OU PARA 531-2636

Negociações de Abidjan

Governo e UNITA condenados a entenderem-se

António Matos

As profundas desconfianças que têm impedido uma solução pacífica para o conflito angolano voltaram a ser mais fortes. Em Abidjan, o acordo de princípio para o cessar-fogo ficou novamente por assinar. Mas as negociações prosseguem. Porque Governo e UNITA parecem condenados a entenderem-se.

Governo angolano e UNITA nunca se tinham encontrado tão próximo de um cessar-fogo como estiveram na quarta-feira em Abidjan, capital da Costa do Marfim, desde que a batalha de Luanda, no último fim-de-semana de Outubro de 1992, assinalou o regresso da guerra. Os mais crédulos, como o presidente Mário Soares (**ver PÚBLICO de ontem e página 6 desta edição**), chegaram mesmo a dar como adquirido o acordo para o fim dos combates no território angolano.

O recuo verificado ao fim de mais de 15 dias de conversações é, antes de mais, um sinal de que as desconfianças não foram, ainda, totalmente ultrapassadas. Mas os progressos registados (ver quadro) e a constatação de que não haverá um vencedor da guerra condenam as duas partes do conflito angolano a entender-se, mais tarde ou mais cedo.

O que impede, então, os angolanos de se entenderem já?

Em termos imediatos, o Governo, pela voz do general Higino Carneiro, citado pela Lusa, diz que não tinha ainda havido acordo quanto ao "calendário e natureza das acções que conduzirão ao cessar-fogo". A este argumento está subjacente a desconfiança de que, interrompidos os combates e mantidas as posições militares que cada um detém no terreno (a UNITA em mais de 70 por cento do território), sem uma presença imediata das forças de interposição, o exército de Savimbi se reabastecerá de mantimentos e meios de guerra, desencadeando novas ofensivas.

A UNITA, por seu lado, acusa o Governo de, com esta hesitação, recuar ao dia 12 de Abril, altura em que as duas delegações se encontraram na Costa do Marfim. Para o secretário-geral da organização, Eugénio Manuvakola, "a UNITA já aceitou o aquartelamento das tropas e isso é mais do que suficiente para dar provas de confiança de que está a negociar seriamente".

Manuvakola minimiza ainda a urgência de um acordo, imposta pelo termo, hoje, do mandato da Missão da ONU (Unavem) em Angola: "Nós estamos aqui para negociar a paz em Angola e a ONU que se arranje quanto aos prazos que tem de cumprir", disse à Lusa.

Em termos mais profundos, começa a ser legítimo admitir que a UNITA continua humilhada pela derrota eleitoral, que atribuiu a "uma fraude generalizada", e o Governo encara com impotência o predomínio militar do exército de Savimbi, a quem acusa de não ter desmobilizado os seus soldados até às eleições. A UNITA perdeu ainda importantes quadros, mortos ou presos na sequência da batalha de Luanda, e dos patrões liberais. E ainda o viu-se perder o controlo, depois das eleições, da maior parte do território.

Mesmo assim, dos 40 pontos do chamado "protocolo de Abidjan", proposto pela mediação internacional, Governo e UNITA chegaram a consenso relativamente a dez. A reconciliação nacional, com a partilha do poder a nível nacional e provincial, a libertação dos prisioneiros e a presença de forças da ONU na aplicação de um futuro cessar-fogo são, entre esses dez pontos de concórdia, os mais significativos.

Há indicadores, portanto, de que a comunidade internacional não deve exasperar-se no seu esforço de mediação, com vista ao cessar-fogo, embora cada dia que passa sem a paragem dos combates agrave o cenário dramático de dois milhões de pessoas deslocadas e famintas e da mortalidade infantil, que em Angola tem a taxa mais alta do mundo. ■

PÚBLICO, 30.4.93

O QUE OS SEPARA

AGENDA	GOVERNO	UNITA
CESSAR-FOGO	Calendarizado e verificado à partida pela ONU. Abandono pela UNITA das áreas controladas.	Verificado por força de interposição. Posterior acantonamento das tropas.
ONU/CAPACETES AZUIS	Reforço do contingente. Envio de capacetes azuis como força fiscalizadora.	Reforço do contingente. Capacetes azuis como força de interposição.
ADMINISTRAÇÃO E PARTILHA DO PODER	Mais ministérios e governos provinciais para a UNITA. Realização da segunda volta presidencial.	Governo de transição até próximas eleições, se possível antecipadas.
FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS	Já existem e foram formadas no espírito dos acordos de Bicesse. Aceitáveis novas incorporações.	Designação aceitável. Conteúdo falso. Desmobilização do actual efectivo e novas incorporações.
AJUDA HUMANITÁRIA	ONG's, Nações Unitas e Cruz Vermelha definem condições de segurança e necessidades.	Governo quer impedir ajuda às áreas que não controla. Necessidades já são conhecidas.
LIBERDADE DE IMPRENSA	Já existe.	Não existe.

Negociações interangolanas até domingo

PÚBLICO, 30.4.93

ONU suspende ajuda humanitária

O PRÓXIMO fim-de-semana é a nova meta definida, pelos mediadores das negociações interangolanas, para se alcançar um acordo de cessar-fogo entre as duas partes do conflito, Governo e UNITA, reunidas em Abidjan, capital da Costa do Marfim, desde o passado dia 12.

"Dificilmente a ronda terminará antes de domingo", admitia ontem uma fonte diplomática que acompanha os trabalhos, citada pela agência Lusa. Para os mediadores deste processo, "tudo continua a depender de as partes estarem ou não interessadas em continuar a discutir os pontos que as dividem".

O Governo pretende a retirada da UNITA das áreas entretanto controladas (mais de 70 por cento do território) e a UNITA diz que as suas tropas só serão aquarteladas depois de o cessar-fogo estar em vigor. Este é, neste momento, o principal ponto de discórdia em Abidjan.

No terreno, as acções militares prosseguem. Em Cabinda, enclave petrolífero do norte de Angola, a UNITA diz ter abatido ontem um helicóptero governamental e morto sete soldados, segundo a Reuters. A mesma agência cita a rádio do movimento rebelde, Vorgan, para referir combates nas províncias do Bengo, litoral norte, Kuanza Norte, interior norte, e Huíla, interior sul. A cidade do Cuíto, capital da província do Bié, centro do território, está cercada pelo exército de Jonas Savimbi há 129 dias, com combates esporádicos nos arredores.

O clima de guerra generalizada levou ontem o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas a suspender todos os voos de ajuda humanitária no território, depois de um dos seus aviões ter sido abatido nas proximidades do Luena (Leste), no início desta semana.

O país UNITA

EXPRESSO, 1.5.93

APESAR de a UNITA negar a existência de uma proposta de divisão de Angola, a verdade é que a evolução da guerra já estabeleceu, de facto, uma situação em que Savimbi controla uma grande mancha de território, onde a Administração de Luanda não tem acesso. Um alegado plano do sul-africano Cean Cleary, assessor especial de Savimbi para os assuntos estratégicos, propunha, em Fevereiro, a criação de uma espécie de «Angola do Sul», delimitada a Norte pela linha dos Caminhos-de-Ferro de Benguela e que incluísse a zona de diamantes da Lunda, uma vez não haver petróleo no «país da UNITA». Embora as hipóteses de pacificação nacional ainda não estejam totalmente fechadas, o certo é que, enquanto as armas não se calarem, o espectro da desagregação do país estará sempre presente.

Ambiente de guerra

Jill Jolliffe

EXPRESSO, 1.5.93

O GENERAL Arlindo (Ben-Ben) Pena afirma estar disposto a marchar sobre Luanda se as conversações de paz em Abidjan se saldarem por um malogro porque acredita que as tropas das FALA têm capacidade para levar a cabo essa missão: são disciplinadas, estão prontas a entrar em acção e sentem-se confiantes.

Mas como as movimentações das tropas de Savimbi no Huambo foram limitadas por falta de combustível, Ben-Ben diz que se a decisão de atacar Luanda fosse tomada precisaria de mais tempo para organizar as suas forças depois da dura experiência na cidade do Planalto Central.

O inimigo militar mais temido pela UNITA é a brigada da polícia antiterrorista, os «ninjas», treinada pelos espanhóis. Uma alta patente das FALA no Huambo prestou-lhes homenagem: **«Lutaram bem e estão bem treinados. Como combatentes, respeitamo-los».**

Tropas do Governo «desavindas»

Dispondo de uma força de apenas 30 mil «ninjas», o Governo precisa de contar também com os soldados das recém-formadas Forças Armadas Angolanas (FAA) e com uma reserva de ex-FAPLAS já desmobilizada.

Mas, segundo alguns rumores, regista-se uma certa tensão entre os «ninjas» e os soldados das FAA, com reflexos, nas altas patentes, entre o CEMGFA das FAA, general João de Matos, e o ministro do Interior, «Pitra» Petroff, que tem a seu cargo a polícia antimotim.

Devido ao treino especial e às tarefas que lhes estão atribuídas, os «ninjas» recebem um bom salário, pago a tempo, enquanto as forças regulares enfrentam o problema crónico dos salários em atraso.

Quando a UNITA manifestou o seu respeito pela actuação da polícia antimotim no Huambo, o descontentamento das Forças Armadas angolanas em relação aos «ninjas» foi bem visível nas palavras azedas de um prisioneiro, o tenente-coronel Álvaro Chimbiambiulo, das FAA, assacou aos «ninjas» parte das culpas pela derrota governamental: **«Eles não corresponderam às expectativas. Alguns estavam bêbados a maior parte do tempo. Para nós, acabou-se o mito».**

Muitos dos soldados das FAA e das FALA fumam marijuana (**«a liamba dá-nos forças em combate»**, revelou um soldado da UNITA) e bebem muito.

Apesar da sua aparente disciplina e motivação, a UNITA confronta-se com a superioridade em armamento das forças governamentais, que têm ainda o trunfo de uma Força Aérea que provocou prejuízos consideráveis no Huambo e nas outras cidades onde se verificaram combates (ver quadro).

Segundo uma fonte diplomática, o Governo comprou peças sobressalentes para os seus MiG e Sukhoi à Índia e à Ucrânia — através dos israelitas —, mas uma fonte de um serviço de informações ocidental prevê que, caso haja uma escalada, a Força Aérea ficará esgotada em poucos meses se não se verificar uma mudança drástica, como um apoio directo de Cuba ou da Coreia do Norte.

A vitória de Pirro de Jonas Savimbi

«Pensamos que o Governo só tem em estado operacional uns 12 a 20 caças», disse a fonte. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), sedeado em Londres, tinha registados no ano passado 160 caças da Força Aérea angolana.

Independentemente da capacidade de luta, os líderes da UNITA sabem que uma eventual captura de Luanda seria uma vitória de Pirro.

Nunca seriam bem acolhidos pelas populações crioula e kimbundu, o que faz recordar a total incapacidade da UNITA para dar guarida às diversas sensibilidades da elite de Luanda durante a campanha para as eleitções legislativas e presidenciais de Setembro passado.

Forças em presença

	GOVERNO	UNITA
FORÇAS TERRESTRES	Um máximo de 50.000 soldados, incluindo ex-FAPLA e ex-FALA, mas menos de um terço desse número estava incorporado em Dezembro de 1992. **Antes de Bicesse**: 50.000 efectivos regulares e uma força de milícia de 50.000 (fonte IISS). **Polícia anti-motim**: 30.000 previstos. **Mercenários**: A imprensa sul-africana noticiou o recurso a antigos efectivos das Forças de Defesa sul-africanas no Solo; notícias não confirmadas de recrutamento de mercenários ingleses, portugueses, sérvios e naturais de outros países da Europa de Leste.	**Antes de Bicesse**: 28.000 efectivos regulares e uma força de milícia de 37.000 (fonte: IISS). **Mercenários**: A imprensa sul-africana noticiou o convite a antigos efectivos das Forças de Defesa sul-africanas para combaterem ao lado da UNITA. Notícias não confirmadas de recrutamento de mercenários zairenses.
FORÇAS NAVAIS	1.500 homens, navios lança-mísseis e lança-torpedos de construção soviética, veículos anfíbios de transporte de tropas, navios de patrulha	Não tem
FORÇA AÉREA	Fontes militares ocidentais estimam que entre 12 e 20 aviões de combate, de uma antiga frota de 160, continuam operacionais. A UNITA destruiu aviões no solo e abateu outros com canhões anti-aéreos e mísseis SAM-7 e Stinger. O Governo tem comprado sobressalentes para os aviões Sukhoi à Ucrânia e para os Mig à India, tendo Israel servido de intermediário através da Israel Aircraft Industries.	Não existe, mas apoderou-se de helicópteros das forças governamentais e tem aviões de transporte operacionais, registados no Zaire, Namíbia e África do Sul.
COMPRA DE ARMAMENTO	O número de armas disponíveis foi reduzido devido à captura pela UNITA de grande quantidade de equipamento, em M'Banza, Congo e Huambo. Os petrodólares e diamantes estão a ser utilizados para pagar os fornecimentos no mercado negro da Europa de Leste, principalmente na Ucrânia. Consta que foram comprados tanques e pistolas na Checoslováquia e que a qualidade das compras é duvidosa.	Notícias não confirmadas de compra de armas no mercado negro da Europa de Leste, em troca de diamantes que são levados por via aérea a partir do Zaire. Em geral, a UNITA tem um excesso de armas, capturadas às forças governamentais. As defesas anti-aéreas parecem suficientes e eficazes e incluem canhões anti-aéreos de 14,5mm, 20mm e ZU-23-2 23mm, bem como mísseis SAM-7 e Stinger.
LOGÍSTICA	Com uma capacidade de transporte aéreo limitada e com a perda de território, o Governo não dispõe de linhas de abastecimento para vastas regiões do interior, privando as forças de infantaria de fornecimentos essenciais.	Há falta de alimentos. Abastecimento clandestino de produtos comprados na África do Sul através do Zaire e, possivelmente, por via terrestre vindos da Namíbia. A população fornece apoio alimentar
COMBUSTÍVEL	Abastecimento sem limites	Falta. Abastecimento através do Zaire.

Em luta pela paz

Nicole Guardiola
enviada a ABIDJAN

EXPRESSO, 1.5.93

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros da Costa de Marfim, Essy Amara, regressou bastante satisfeito da viagem que efectuou, na segunda-feira, a Luanda e ao Huambo.

Trazia nas bagagens a aceitação do cessar-fogo por parte do líder da UNITA e uma carta de Jonas Savimbi para o Presidente Houphouet Boigny. **«O que decidir, para nós, é sagrado»**, dizia, em substância, Savimbi ao «velho sábio africano», aceitando que as negociações com o Governo de Luanda, sob os auspícios das Nações Unidas, fossem transferidas para a Costa do Marfim. **«Sabíamos que deveríamos chegar ao cessar-fogo»**, disse...

Pronto para assinar o «protocolo de Abidjan», Savimbi afirmou precisar ainda de algum tempo para preparar os seus homens e o seu povo para aceitarem esta decisão.

Nas declarações que prestou à televisão da Costa do Marfim, que cobriu a visita de Essy ao Huambo, Savimbi afirmou: **«O princípio do cessar-fogo é absolutamente adquirido. Só queremos garantias para que a guerra não volte a perturbar a vida dos angolanos. Vamos caminhar, vamos criar mecanismos»**.

O enviado especial de Houphouet Boigny tinha razões para se mostrar satisfeito: em Luanda, o seu homólogo Venâncio de Moura e o primeiro-ministro Marcolino Moco também se tinham pronunciado a favor da reconciliação nacional, do cessar-fogo e da solução do conflito na base dos acordos de Bicesse.

A delegação governamental reconheceu, em Abidjan, que a «triplo zero» (proibição da compra de armas e material letal) estava em conformidade com o **«espírito dos acordos de Bicesse»** e a denúncia unilateral da cláusula, entretanto feita em Luanda, podia ser interpretada como uma consequência da situação de guerra efectivamente em curso no país. Sem condenar expressamente esta decisão, Essy Amara limitou-se a desejar que não fossem tomadas iniciativas susceptíveis de contrariar a **«dinâmica de paz»**.

Porém, a confiança mútua e a vontade de superar os ódios e ressentimentos acumulados nos últimos meses de guerra continuam ausentes de Abidjan. Durante a primeira semana de conversações, as duas delegações constataram a sua incapacidade de chegar a um entendimento sobre os nove pontos da agenda, encarregando os três observadores — Estados Unidos, Portugal e Rússia — de elaborar uma proposta de compromisso. Seria necessária outra semana de «conversações circulares» com cada uma das partes para elaborar o projecto de protocolo e recolher as propostas de emendas do Governo e da UNITA.

O porta-voz de Margareth Anstee considerou que, ao nível dos grandes princípios, os pontos de convergência eram muito mais importantes que as divergências, e as consultas de cada delegação às respectivas direcções poderiam dar o **«empurrão definitivo»**. Dia 26, o 14º de negociações, foi o de maior optimismo.

Poucos se aperceberam de que a «missão de paz» de Essy Amara esteve à beira de ser cancelada e os seus objectivos fortemente comprometidos por um incidente com a delegação da UNITA. Esta alegou não ter sido informada previamente de que o avião do Presidente Houphouet Boigny, que deveria transportar para o Huambo o MNE da Costa de Marfim, acompanhado por Jorge Valentim, chefe da delegação, e John Kakumba Marques, «embaixador» de Savimbi em Abidjan, iria fazer escala em Luanda. Consultado horas antes da partida, Jonas Savimbi mostrou-se surpreendido e deu instruções aos seus homens para não irem a Luanda. As razões invocadas eram as mesmas de sempre: ausência de segurança e solidariedade para com os dirigentes da UNITA mortos ou presos.

Sempre discreto e sorridente, Essy Amara procurou tranquilizar os seus «irmãos» da UNITA, mas não aceitou alterar o programa da sua visita a Angola.

Este incidente aumentou o isolamento da UNITA, mas, em alternativa, os representantes do movimento de Jonas Savimbi tiveram a oportunidade de acompanhar Margareth Anstee, os três observadores, os seus colaboradores e os jornalistas portugueses a Yamoussokro, a capital política da Costa de Marfim, onde se ergue a catedral em honra de Nossa Senhora da Paz, em cujo interior se rezou pela paz em Angola

Os horrores da guerra e os dividendos da paz foram também, no dia seguinte, a tónica das reportagens que os «media» da Costa de Marfim dedicaram à visita de Essy Amara ao Huambo, a «cidade mártir». **«Nunca, nunca, nunca mais conflitos inúteis»**, escreveu a enviada especial do diário pró-governamental «Fraternité Matin», enquanto o repórter da televisão estatal realçava os **«formidáveis meios de destruição»** utilizados na batalha de Huambo e o espectáculo desolador da cidade, destruída e deserta.

O tom surpreendentemente neutro dos comentários contrastava com os esforços de Savimbi para dar um carácter de «visita oficial» a esta primeira deslocação de um ministro de um país «amigo» à sua «capital».

Recebido no aeroporto do Huambo (sobre cujo edifício, aparentemente intacto, ondeava uma enorme bandeira do Galo Negro) pelo «governador» Jerónimo Wanga, nomeado por Savimbi logo a seguir à conquista da cidade, Essy Amara foi saudado com cantos e danças antes de ser levado até à residência de Savimbi, que o recebeu rodeado dos principais membros do seu estado-maior, nomeadamente os generais Arlindo Chenda Ben-Ben, Chilingutila e Jaka Jamba, que sucedeu a Chivikuvu «retido» em Luanda desde Outubro, no cargo de responsável pelas relações exteriores da UNITA.

Yomossoukro e Huambo foram as referências simbólicas deste 26 de Abril, em que as negociações de Abidjan entraram na sua terceira e última semana, antes do fim do prazo marcado pelo Conselho de Segurança da ONU para assentar as bases da solução do conflito angolano.

O protocolo de Abidjan está sobre a mesa, a UNITA diz aceitar o cessar-fogo, os observadores estão dispostos a arbitrar e a UNAVEM a fiscalizar o cumprimento das garantias pedidas por ambas as partes para repor em vigor os acordos de Bicesse.

Para os homens de Savimbi, o acordo de princípio basta para cumprir as exigências do Conselho de Segurança até 30 de Abril. A delegação de Luanda considera, pelo contrário, que sem uma discussão pormenorizada e um compromisso formal em relação a cada um dos 30 pontos do protocolo, nada feito. Segundo Higino Carneiro, **«o factor tempo não interessa, interessa uma paz duradoira. Não queremos ser enganados outra vez»**.

Jogos de nervos

A «GUERRA de nervos» ganhou intensidade crescente no Hotel Ivoire, de Abidjan, à medida que se aproximava o dia 30 de Abril, fim do mandato da missão de paz da ONU em Angola. No calor húmido do início da estação das chuvas, que transformam num lamaçal vermelho as ruas da cidade, negociadores, mediadores e cerca de quatro dezenas de jornalistas acusavam os efeitos do cansaço acumulado nas últimas três semanas.

O ambiente era propício à propagação de boatos, reacções impulsivas e manobras de contra-informação, circunstância que as duas delegações angolanas souberam aproveitar para levar a água ao seu moinho.

Quarta-feira à noite, era o porta-voz da UNITA, Jorge Valentim, quem acusava Luanda de **«ter feito recuar as negociações quase até à estaca zero»**, quando o «protocolo de Abidjan» estava praticamente concluído. Higino Carneiro, da delegação governamental, desmentiu-o imediatamente. No entanto, ambos afirmavam que as suas posições eram **«mais próximas»** do documento dos observadores, enquanto o porta-voz de «miss» Anstee, João Lins de Albuquerque, procurava acalmar os ânimos, assegurando que as negociações estavam a progredir.

Quinta-feira, porém, a ruptura parecia de novo iminente, com Valentim a anunciar a intenção da UNITA de abandonar as negociações e pedir à ONU e aos EUA que sancionassem os responsáveis pelo novo fracasso. Horas depois, o ambiente voltava à serenidade: tinham sido encontradas fórmulas consensuais para cerca de um terço dos 30 ou 40 pontos do «memorando interpretativo» anexo ao «protocolo de Abidjan».

Ninguém se atreve a prever o fim destas laboriosas negociações. O embaixador dos EUA, Edmund Dejarnette, admitia a possibilidade de uma quarta semana. Outras fontes falavam em horas ou dias. Agora, é a UNITA quem tem pressa e o Governo quem procura aproveitar a pressão internacional para repôr o movimento de Savimbi **«no lugar que ocupava logo a seguir às eleições»**.

Ao contrário das anteriores conversações, a situação militar não parece condicionar as tomadas de posição das partes, sinal, talvez, de um equilíbrio de forças no terreno.

N. G.

Marcelino Moco ao EXPRESSO

«Vamos precisar de armas portuguesas»

EXPRESSO, 1.5.93

Celestino Amaral
enviado a LUANDA

Enquanto decorriam as conversações em Abidjan, o primeiro-ministro, Marcolino Moco, expressou em Luanda algum cepticismo sobre o evoluir da situação e confirmou a intenção governamental de proceder a um reapetrechamento militar. Eis alguns excertos:

EXPRESSO — Acabou de receber os delegados do Governo às conversações de Abidjan. Pode especificar quais são os pontos de divergência com a UNITA?

MARCOLINO MOCO — As maiores dificuldades que a UNITA está a criar residem na falta de garantias de uma paz definitiva. Temos que ter a certeza de que a UNITA não vai prosseguir a guerra para conquistar mais terreno.

EXP. — Acredita num final feliz?

M.M. — Algum dia tem que ser, porque não é no terreno militar que o problema se vai resolver. A solução para o conflito tem que ser encontrada à mesa das negociações, no sentido de pressionarem a UNITA a ser realista.

EXP. — A UNITA tem estado a ser irrealista? Como?

M.M. — Tudo o que a UNITA tem estado a fazer é irrealista: quando não aceita o resultado de eleições que foram consideradas «livres e justas» pela comunidade internacional, quando dá início às hostilidades e quando hoje faz exigências em que transparece um desprezo absoluto pelas instituições democraticamente eleitas.

EXP. — Pode dar exemplos? Que exigências têm estado a ser feitas?

M.M. — Exigir a dissolução da polícia revela esse tipo de desprezo. Ou pretender os primeiros lugares no Governo de Unidade Nacional já constituído, ou uma participação paritária na polícia, ou uma descentralização de poder que toca as raias da independência em algumas províncias.

EXP. — Tem havido alguma flexibilidade da UNITA?

M.M. — Nós é que temos sido flexíveis, aceitando o princípio de uma maior participação da UNITA no Governo. Fazemo-lo em homenagem à paz, mas não podemos permitir que essa participação implique a diluição dos resultados das eleições.

EXP. — Disse que a solução tem de ser negociada. Significa que o Governo não vai tomar iniciativas militares?

M.M. — Vamos defender as populações, impedir a divisão do país e a ocupação de mais cidades e províncias. Mas não acreditamos, como a UNITA parece crer, que uma das partes possa vencer militarmente.

EXP. — O reapetrechamento do exército governamental vem nessa linha de defesa?

M.M. — O reapetrechamento em que o Governo está empenhado surge no quadro do cumprimento de uma das obrigações fundamentais e constitucionais do Estado e do respectivo Governo.

EXP. — Iremos ter uma guerra prolongada?

M.M. — É uma possibilidade, lamentável, é certo. Mas se a UNITA nos obrigar a isso, não vamos deixar matar, nem permitir que se destrua o património nacional.

EXP. — A denúncia unilateral da cláusula «triplo zero» dos Acordos de Bicesse é um convite a Portugal para o fornecimento de material de guerra?

M.M. — Vai fazer com que muitos países, como Portugal, que sentiram a obrigação (quanto mais não seja moral) de nos ajudar, tenham a possibilidade de o fazer. Temos um Governo eleito legitimamente e estamos a ser atacados por um grupo rebelde apoiado humana e materialmente pelo exterior, nomeadamente pela África do Sul e pelo Zaire.

EXP. — Vão precisar de armamento português?

M.M. — Precisamos, sim. Não estou em condições de falar em aspectos concretos, mas isso é verdade. Na eventualidade de o sr. Savimbi prosseguir a sua política de guerra, todos os países do mundo, com Portugal a jogar um papel relevante, devem facilitar a vida ao Governo.

EXP. — Como acha que a guerra vai terminar?

M.M. — Com a vitória do povo angolano, e não de um homem tão ambicioso como o sr. Savimbi.

EXP. — Que lugar poderia ter Jonas Savimbi na sociedade angolana?

M.M. — O de chefe do maior partido da oposição. Ele que era o «grande lutador da democracia» devia liderar a oposição e tentar a conquista do poder por métodos democráticos. Mas como parece que não é isso que quer, mais uma vez, em homenagem à paz, seria possível atribuir-lhe outro papel, sempre de forma a não chocar com os resultados eleitorais e a não destruir a expectativa dos eleitores.

Acordo em Abidjan...

EXPRESSO, 1.5.93

Nicole Guardiola
enviada a ABIDJAN

AS DELEGAÇÕES do Governo angolano e da UNITA estão agora a discutir um «memorando interpretativo» de 47 pontos, aceite que foi por ambas as partes o «protocolo de Abidjan», prevendo um cessar-fogo e a reconciliação nacional. A assinatura formal poderá ocorrer no final da próxima semana.

O documento em análise contempla as datas de implementação do acordo de Abidjan e todas as questões relativas ao desarmamento e acantonamento das forças da UNITA, constituição das forças armadas unificadas e extensão da autoridade e administração central a todo o território angolano — temas estes já incluídos nos acordos de 1991 e que não foram implementados antes das eleições ou foram subvertidos pela nova realidade decorrente do reacender da guerra.

Foi precisamente este precedente que obrigou as partes envolvidas a serem particularmente exigentes na formulação das medidas a implementar a partir do novo cessar-fogo e nos meios necessários — quantitativos e qualitativos — para assegurar a efectiva fiscalização dos acordos, detecção, correcção e «castigo» das infracções. O «memorando interpretativo» encontra-se em fase adiantada de negociação, embora estejam ainda por resolver o calendário e as disposições práticas, cuja análise deverá ser feita por «comissões técnicas» antes de se chegar à fase final, ou seja a assinatura do «protocolo de Abidjan».

O bom andamento das conversações e a vontade manifesta das duas partes angolanas de se chegar a um acordo levou o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, na base do relatório de Margareth Anstee e dos três países observadores, a pedir ao Conselho de Segurança a prorrogação por mais um mês do mandato da actual missão de paz da ONU em Angola (Unavem II).

Definido o «dia D», a Unavem II estará imediatamente em condição de fiscalizar as primeiras medidas a tomar pelo Governo de Angola sob controlo internacional, como, por exemplo, o auxílio humanitário a deslocados, refugiados, feridos e doentes.

Para o efeito, já se encontra desde ontem na capital da Costa do Marfim uma representação do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) vinda expressamente de Genebra. **«A experiência e os antecedentes não permitem excluir os acidentes de percurso, mas estou convencido de que estamos na recta final»**, disse ao EXPRESSO o embaixador António Monteiro.

... e ofensiva de Luanda

Celestino Amaral
enviado a LUANDA

AS FORÇAS Armadas Angolanas (FAA) tomaram ontem N'Dalatando, uma importante posição estratégica na província de Cuanza Norte, controlando actualmente toda a província de Cuanza Sul e avançando, a partir de N'Dalatando, para o norte.

Os combates têm-se intensificado também, nos últimos tempos, no Cuito e em Menongue, cidades que foram recuperadas por Luanda mas onde as tropas se encontram sitiadas há mais de três meses. A artilharia de Savimbi não deixa aterrar aviões de reforço.

Segundo soube o EXPRESSO de fontes militares, as FAA estão a avançar para o quartel-general de Savimbi a partir de Waku Fungo e de Caimbambo, junto a Benguela, avanço que é atrasado pelas chuvas intensas que caem nesta altura, enchendo os rios.

Estas operações militares contrariam os esforços feitos actualmente em Abidjan para o cessar-fogo e a reconciliação entre o Governo e a UNITA. Fonte bem informada em Luanda diz que a situação no terreno vai evoluir para uma ofensiva final e generalizada contra a UNITA, tese que não é desmentida oficialmente (ver caderno Internacional).

Tensão aumenta em Luanda

EXPRESSO, 1.5.93

OS ESFORÇOS de entendimentos entre as delegações governamentais e da UNITA são sublinhados, um pouco por todo o país, com ecos de metralha e destruição. A guerra em Angola está longe do fim. Sejam quais forem os resultados de Abidjan, poucos esperam ou acreditam no retorno à atmosfera de paz e de concórdia.

As tropas governamentais reestruturaram e avançam para zonas controladas pela organização de Savimbi, recuperando um relativo equilíbrio militar. O EXPRESSO comprovou que as povoações do Soyo, junto a Cabinda, do Caxito, a norte de Luanda, e do Ambriz, um pouco mais a norte, mas no litoral, caíram nas mãos das tropas governamentais, que as controlam totalmente. No centro, continua acesa a guerra no Kuito (junto ao Huambo), cidade controlada pelas tropas do Governo, que desde há mais de 90 dias não recebem reforços por se encontrarem sitiadas — o mesmo acontecendo em Menongue.

Na zona leste prosseguem os combates, e em Luena, fortemente fustigada pela UNITA, os aviões continuam a ser impedidos de aterrar, enquanto a sul a situação permanece calma, observando-se um controlo quase absoluto da situação por parte das forças de Luanda. O Governo tomou recentemente o Cunene, o Huíla e o Namibe, mas a situação permanece confusa no Cubal e a sul de Watu Kungo. Informações obtidas junto de diversas fontes na capital angolana indicam que as Forças Armadas se encontram a cerca de 180 quilómetros do Huambo, prosseguindo lentamente a marcha para a cidade.

Em Luanda, o ambiente é de tensão e nem as notícias de Abidjan contribuiram para aliviar ou minimizar o receio da guerra prolongada. A cidade está às escuras desde domingo — fala-se em sabotagem da UNITA, mas os serviços desmentem diariamente os boatos — e a água é fornecida apenas a 40 por cento do normal.

A denúncia da cláusula «triplo zero», feita esta semana pelo Governo, atraiu a Luanda comerciantes de armamento — como, por exemplo, o judeu português Moisés Broder — ansiosos por fornecerem às Forças Armadas as munições de que possam necessitar para a eventual ofensiva generalizada contra a UNITA.

C.A.

A lição angolana

PÚBLICO, 1.5.93

Durante mais de quinze dias, em Abidjan, capital da Costa do Marfim, as Nações Unidas pressionaram o Governo angolano e a UNITA a entenderem-se rapidamente: estava em causa a vigência do mandato da UNAVEM (missão das Nações Unidas em Angola), que expirou ontem. O que é certo, porém, é que o acordo de cessar-fogo ficou por assinar e o Conselho de Segurança prorrogou, ontem, o mandato da UNAVEM por trinta dias. As Nações Unidas não tinham conseguido que a guerra acabasse mais cedo em Angola, assim como não tinham impedido que recomeçasse.

O processo de paz angolano poderia ter sido modelar para a resolução da crise da África Austral, que tem o epicentro na África do Sul. Depois de Angola viriam Moçambique e, precisamente, a África do Sul, processos que em tudo beneficiariam do sucesso da causa angolana. Não se percebe, por isso, que a Organização das Nações Unidas se tenha empenhado menos em Angola do que fez, por exemplo, em relação à Namíbia — onde colocou um contingente de cerca de sete mil observadores para uma eleições onde havia um vencedor quase certo e em que participariam cerca de um milhão de pessoas.

Depois de ter colocado no território angolano apenas 400 observadores para a verificação dos acantonamentos das tropas, o controlo dos armamentos e a fiscalização das eleições, a ONU aparece agora disposta a empenhar 15 mil capacetes azuis para a aplicação e controlo de um possível futuro cessar-fogo.

É certo que no momento em que se decidiu o papel das Nações Unidas em Angola — no âmbito dos Acordos de Bicesse de 21 de Maio de 1991 — o Governo (do MPLA, no poder desde 1975) se opôs a uma presença de uma força multinacional. Para o Governo de Luanda estaria em causa o papel — que lhe foi reconhecido pela UNITA (a outra parte contratante da paz) nessas negociações — de administrar e garantir a ordem pública em todo o território.

Mas as Nações Unidas substimaram as dificuldades e a complexidade da situação, acabando por dar lugar às recíprocas suspeições em que se viram envolvidas: o Governo acusa agora a UNAVEM de não ter denunciado a reorganização do exército de Savimbi em tempo de paz; a UNITA responsabiliza as Nações Unidas de terem homologado eleições fraudulentas, que tão pouco puderam fiscalizar, já que havia cerca de seis mil mesas de voto, onde votaram quase cinco milhões de eleitores, para 400 observadores internacionais da ONU e outros tantos convidados pelos partidos.

Como era inevitável, por ser um processo estratégico, a ONU passou a liderar a questão angolana depois das eleições de Setembro de 1992, cujos resultados a UNITA recusou, atitude que a própria ONU e a "troika" de observadores do processo de paz — Portugal, Estados Unidos e Rússia — consideram ter sido a causa do regresso da guerra ao país.

Se a verificação das eleições tivesse sido irrepreensível, teria sido muito mais estreita a margem de manobra de Savimbi para denunciar os resultados e tentar restabelecer o equilíbrio político pela força militar. Se as Nações Unidas se tivessem empenhado à altura do que estava em causa, talvez a formação dos celebrados "ninjas" — a polícia antimotim que Savimbi usou como bandeira contra o Governo — não tivesse sido tão obscura.

As Nações Unidas são, em cada momento, a vontade dos Estados, defendem-se os diplomatas para deixar imaculada a imagem de uma instituição que um embaixador português um dia comparou a "um divã psiquiátrico onde os pequenos países podem expor os seus dramas e confessar-se".

E porque assim é, porque os países que não são potências apenas podem fazer psicanálise nesta instituição internacional, a vontade dos Estados é cada vez mais a dos Estados Unidos. Sobretudo depois do declínio do poderio soviético. Ora, os Estados Unidos estarão agora talvez mais obrigados a envolverem-se na questão angolana, até porque são os fiadores, no contrato de Bicesse, da parte incumpridora deste acordo — a UNITA.

Este desafio às Nações Unidas — que seria um dos mais dispendiosos de sempre — surge, porém, numa altura em que a ONU contabiliza mais um fracasso — o do Camboja. A mais ambiciosa missão de sempre — onde se encontra uma força de paz de 22 mil homens — perdeu esta semana o último contacto com os Khmer Vermelhos, poderosa facção de guerrilha, e admite-se que as eleições de 23 a 27 deste mês se realizem em apenas partes do território. ■

António Matos

ONU alarga prazos

PÚBLICO, 1.5.93

O SECRETÁRIO-GERAL das Nações Unidas decidiu propor ao Conselho de Segurança a prorrogação, até 31 de Maio, do mandato da Unavem (missão da ONU em Angola), que terminara ontem. A decisão de Butros-Ghali visa aliviar "a pressão dos prazos que poderia comprometer" as negociações em curso entre o Governo angolano e a UNITA — segundo um porta-voz da ONU presente no encontro interangolano de Abidjan, capital da Costa do Marfim.

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, congratulou-se pela medida da ONU. Em declarações à SIC, em Londres, Barroso disse serem "importantes todas as medidas que assegurem a permanência da comunidade internacional em Angola".

Quanto ao cessar-fogo, o chefe da diplomacia portuguesa foi mais lacónico, mas recordou que a assinatura deste não é tudo: "Já tinham assinado outro cessar-fogo [Bicesse, 1991], que entretanto foi violado", disse.

As negociações de Abidjan prosseguiram ontem, com discussões inconclusivas em torno da cláusula "triplo-zero" (dos Acordos de Bicesse, que impede a compra de armas), da extensão da administração do Estado a todo o território e da polícia nacional, onde a UNITA pretende ver integrados efectivos por si designados.

Costa Brás vai dirigir Cahora Bassa

EXPRESSO, 1.5.93

COSTA BRÁS, comissário da extinta Alta Autoridade Contra a Corrupção (AACC), vai ser o novo director da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, substituindo neste posto Fernando Castro Fontes.

Segundo o EXPRESSO confirmou através do Ministério das Finanças, Manuel Costa Brás aceitou o convite endereçado pelo Governo e vai dirigir Cahora Bassa, numa altura em que se prepara a reactivação da barragem com o consequente fornecimento de energia eléctrica à África do Sul.

Quanto a Castro Fontes, embora não tenha sido possível obter confirmação junto de fonte oficial, tudo indica que retomará funções executivas no projecto da barragem de Alqueva, cujo arranque está previsto para o próximo ano.

O ex-director da barragem de Cahora Bassa foi, aliás, o principal responsável por aquele empreendimento, antes das obras terem sido «congeladas» no ano de 1978, por decisão do então primeiro-ministro, Nobre da Costa.

O convite a Costa Brás, que durante nove anos exerceu o cargo de alto-comissário da AACC, surge após a Comissão Mista Permanente para Cahora Bassa, composta por representantes de Portugal, Moçambique e África do Sul, ter decidido reabilitar as linhas de transmissão de energia eléctrica para este último país.

Este acordo vai implicar um investimento global avaliado em 125 milhões de dólares (cerca de 18 milhões de contos) e irá centrar-se na recuperação dos novecentos quilómetros de postes de alta tensão que transportam energia para a África do Sul. O projecto agora aprovado compromete o Governo português a garantir um crédito à exportação até ao valor de 3,5 milhões de contos, destinados a financiar a exportação de materiais e equipamentos de produção nacional que serão utilizados no projecto de reabilitação das linhas.

Nesta cadeia de investimentos, a África do Sul terá a responsabilidade de canalizar 7 milhões de contos para o fornecimento de torres e equipamentos a Cahora Bassa, cabendo o restante esforço financeiro ao Governo de Maputo que, para tal, deverá utilizar verbas atribuídas pela Itália.

O futuro da barragem de Cahora Bassa, situada no noroeste de Moçambique, na bacia do rio Zambeze, passa também pelo fornecimento de energia ao Zimbabwe e ao Malawi. As autoridades moçambicanas e zimbabweanas querem contruir uma rede de alta tensão que ligará Cahora Bassa ao Zimbabwe, tendo para tal formulado três convites a governos e entidades estrangeiras, para que entreguem as suas propostas. Entre as intenções dos dois países contam-se as de ampliar as subestações de Bindura e Doma, no nordeste do Zimbabwe, bem como a do aumento da capacidade da subestação eléctrica do Songo, em Moçambique. Um terceiro projecto prevê ligar uma única linha de alta tensão àquelas três subestações.

Os candidatos a estas obras, segundo o calendário estabelecido pelo Zimbabwe e Moçambique, terão de entregar as suas propostas até meados do mês de Junho.

Ao que tudo indica estes trabalhos, cujo custo está estimado em 20 milhões de contos, irão contar com financiamentos da França, Itália e Banco Europeu de Investimentos.

Celso Filipe

Os cinco PALOP em debate

PÚBLICO, 2.5.93

NUMA ALTURA em que a vida nas antigas colónias portuguesas na África já não é de forma alguma o que era há quatro ou cinco anos, no tempo dos regimes monopartidários, os ministros dos Negócios Estrangeiros desses jovens países reúnem-se amanhã e depois em São Tomé, a fim de analisarem o que é que ainda os poderá unir.

A antiga solidariedade da luta anticolonial é já uma coisa do passado, pois que de 1989 para cá os cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) têm evoluído de forma bem diversa, desde as transições calmas para o multipartidarismo até à mais encarniçada das guerras.

Cabo Verde, um arquipélago que geográfica e sociologicamente fica equidistante da Europa latina e do continente africano, vive há dois anos sob a governação do Movimento para a Democracia (MPD), de Carlos Veiga, tendo um Presidente da República, António Mascarenhas Monteiro, remetido a um papel predominantemente protocolar.

São Tomé e Príncipe, outro arquipélago, apresenta no Governo — igualmente há dois anos — uma formação relativamente mais fraca, o Partido da Convergência Democrática (PCD), que se encontra acossado pela espinha dorsal do antigo regime, o MLSTP, e que poderá ter de se submeter mais tarde ou mais cedo a eleições legislativas antecipadas. E o Chefe do Estado, Miguel Trovoada, não aceita uma simples posição decorativa, querendo ter um papel de relevo no futuro do país.

Angola, o terceiro dos PALOP a organizar eleições pluralistas, mergulhou depois delas na mais violenta das guerras a que a África Austral tem assistido nos últimos anos e deverá ser o prato forte dos debates ministeriais dos próximos dois dias. É um exemplo flagrante das dificuldades da passagem para sul do Mediterrâneo de práticas políticas durante quase dois séculos testadas na Europa.

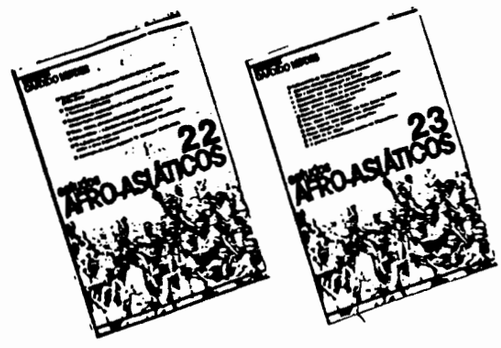
A Guiné-Bissau, que foi a primeira das antigas colónias portuguesas a proclamar a sua independência, desde o desencadear das lutas contra o regime de Salazar (e, depois, de Marcelo Caetano), só no fim deste ano deverá ter eventualmente as suas eleições, pois que o PAIGC está a demonstrar um grande apego ao poder e não facilita muito o processo de democratização.

Por último, Moçambique, onde a guerra entre a Frelimo e a Renamo só terminou em Outubro de 1992, pelo Acordo de Roma, recebe agora cerca de 7.500 "capacetes azuis" e não deverá estar em condições de ir às urnas antes de Junho do próximo ano. ■

Durão com PALOP

PÚBLICO, 27.4.93

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, vai reunir-se em Lisboa, a 6 e 7 de Maio, com os seus cinco homólogos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A reunião destina-se, segundo a Lusa, à análise dos processos de paz em Angola e Moçambique, bem como a fazer o ponto da situação no que toca ao cumprimento das decisões assumidas o ano passado entre os seis chefes de diplomacia. Neste encontro, Durão Barroso deverá também informar os seus homólogos sobre o seu encontro com Ali Alatas, em Roma, e sobre o estado das negociações sobre Timor-Leste entre Portugal e a Indonésia. As relações dos PALOP com a Comunidade Europeia deverão igualmente estar em cima da mesa da reunião. ■



estudos
AFRO-ASIÁTICOS

À VENDA
NO CEAA

África do Sul em negociações

Inkatha está pessimista

PÚBLICO, 27.4.93

O PARTIDO sul-africano de predominância zulu Inkatha considerou ontem que as negociações sobre o futuro do país não vão terminar antes do fim do próximo ano; e que não poderá haver eleições multirraciais enquanto não forem desmantelados os "exércitos privados", como o Umkhonto We Sizwe, do ANC.

A atitude aparentemente pessimista do partido liderado pelo chefe tradicional Mangosuthu Buthelezi contrasta com os desejos manifestados tanto pelo Governo como pelo grupo de Nelson Mandela, que esperam marcar dentro de um máximo de seis semanas a data para as eleições de uma Assembleia Constituinte.

Representantes de 26 organizações políticas e sociais retomaram ontem, na região de Joanesburgo, as negociações que haviam encetado no início do mês e que — se correrem bem — deverão levar em Junho à formação de um Conselho Executivo de Transição, de uma Comissão Eleitoral e de uma Comissão de Comunicação Social.

O ANC, cujas bases têm dado sinal de grande impaciência, pretende mesmo as eleições marcadas até ao fim de Maio; e o Partido Nacional, que é Governo desde 1948, admite que isso possa acontecer o mais tarde dentro de seis semanas, para que o escrutínio se possa concretizar daqui a um ano.

O Inkatha, cujas perspectivas eleitorais ficam muito abaixo dos 53 ou 54 por cento ambicionados pelo grupo de Mandela e dos cerca de 24 por cento desejados pelo partido de Frederik de Klerk, diz porém não acreditar na possibilidade de nenhum "Governo democrático" antes do fim de 1994.

Na sessão de ontem das negociações sobre o processo de transição para a democracia plena, o presidente nacional do Inkatha, Frank Mdlalose, disse que só no ano passado foram assassinados 590 militantes do seu partido: "Há pouca esperança de uma transição conseguida se o problema da violência política não for resolvido".

Mdlalose acusou o Governo de fechar os olhos à presença de guerrilheiros do ANC no bantustão Kwazulu e na província do Natal, com "listas de homens do Inkatha a abater".

Por outro lado, um branco de 24 anos morreu ontem, num hospital de Pretória, devido aos ferimentos sofridos quando um homem não identificado abriu fogo sobre ele e a família, no domingo à noite. ■

África do Sul arrasta conversações

PÚBLICO, 1.5.93

NA ÁFRICA DO SUL decorrem em ritmo muito lento as conversações multipartidárias sobre a formação de um Conselho Executivo Transitório e a marcação de uma data para as eleições da Assembleia Constituinte, eleições que Governo e ANC gostariam de ver concretizadas dentro dos próximos 12 meses.

O partido predominantemente zulu Inkatha, que se julga representar seis a nove por cento do eleitorado total, o Partido Conservador, dos brancos situados à direita do Governo, a União do Povo Afrikaner, de extrema-direita, e o Bophutatswana, bantustão que vive essencialmente do turismo e do jogo, afirmaram ser contra o consenso que notam estar a formar-se entre o Presidente De Klerk e o movimento liderado por Nelson Mandela.

Quanto ao Partido Nacional, no poder desde 1948, gostaria que o ANC cortasse os velhos laços com o Partido Comunista e que se afirmasse mais como grupo de centro-esquerda, de modo a facilitar o diálogo em que deverá assentar o futuro do país, a médio prazo.

Uma eventual coligação do partido governamental, de Frederik de Klerk, com o movimento de Mandela poderia controlar dois terços dos lugares na Assembleia Constituinte e ser a base da governação da África do Sul durante os próximos cinco ou seis anos.

Enquanto isto, o Supremo Tribunal de Pretória ordenou ontem que se mantenha a detenção, por mais 10 dias, de um dirigente do Partido Conservador, Clyve Derby-Lewis, acusado pela polícia de ter fornecido uma arma a Janusz Walus, presumível assassino do secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani.

Segundo a Justiça, Derby-Lewis — o principal conservador de língua inglesa, num partido onde se fala essencialmente afrikaans — recusa-se a fornecer toda e qualquer informação sobre os seus laços com Walus, apesar de já estar detido há 11 dias, tal como sua mulher, Gaye, nascida na Austrália.

O presumível assassino disse que o dirigente conservador lhe forneceu uma pistola com silenciador e lhe ordenou que matasse Hani, dirigente não só do Partido Comunista mas também do ANC. ■

De Klerk elogia Mandela

SÁBADO, 30.4–6.5.93

O CHEFE DE ESTADO sul-africano, F. W. de Klerk, disse ontem à cadeia norte-americana de televisão CNN que Nelson Mandela tem as qualidades pessoais de um Presidente, mas que o ANC não possui a experiência necessária para dirigir o país: "Para mim, é inaceitável, dada a sua adesão ao comunismo." Diferente foi, porém, a opinião de Mandela, que noutra entrevista à mesma estação declarou "não haver dúvida de que o Congresso Nacional Africano está pronto para governar". A data das eleições para uma Assembleia Constituinte deverá surgir sensivelmente dentro de um mês, na sequência de negociações entre 26 grupos políticos e sociais que hoje têm mais uma sessão plenária no World Trade Center da região de Joanesburgo. Entretanto, em conferência de imprensa, De Klerk reiterou ontem as desculpas que o seu partido já apresentara em Dezembro de 1991 pela prática do apartheid: "Não era nossa intenção privar ninguém dos seus direitos e causar miséria, mas foi isso o que acabou por acontecer." ■

Novo líder em São Tomé

PÚBLICO, 27.4.93

O MINISTRO da Educação, Juventude e Desportos, João Bonfim, passou agora à primeira linha dos políticos de São Tomé e Príncipe, ao ser eleito secretário-geral do Partido da Convergência Democrática (PCD, há dois anos no Governo), em substituição de Daniel Daio, em 1992 afastado de primeiro-ministro pelo Presidente Miguel Trovoada. A escolha feita durante o fim de semana pelo Conselho Nacional do partido deverá ser dentro de alguns meses submetida a congresso, altura que o PCD — batido pelo MLSTP nas autárquicas de Dezembro último — aproveitará para fazer um balanço da actuação do actual Executivo, chefiado por Norberto Costa Alegre e que há pouco recebeu dez milhões de dólares do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento. As legislativas são-tomenses, que em princípio caem no início de 1995, poderão vir a ser antecipadas, dado que o actual partido governamental perdeu uma parte da sua base inicial de apoio. ■

"NINO" VIEIRA ACUSA GUTERRES DE PARCIALIDADE — O Presidente da Guiné-Bissau, "Nino" Vieira, acusou o secretário-geral do PS, António Guterres, de ser parcial e de reagir emotivamente à situação naquele país. O Chefe de Estado guineense respondeu por carta, datada de 28 de Abril e a que a Lusa teve acesso, a uma outra que lhe tinha sido enviada por Guterres. Na sua missiva, o líder socialista manifestava-se preocupado com o respeito pelos direitos humanos na Guiné, nomeadamente com a prisão de dirigentes da oposição. Na resposta, "Nino" Vieira começa por expor o que considera ingerência em assunto de Estado e considera que Guterres não teve em conta todos os dados da situação, designadamente que as prisões se efectuaram na sequência de uma tentativa de "intentona", a 17 de Março passado.

PÚBLICO, 1.5.93

Uma seleção criteriosa, precedidade de comentários, de recortes das princitais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a África Austral publicadas em jornais e revistas internacionais

Cinco brancos mortos antes do funeral de Tambo

África do Sul em perigo de vida

PÚBLICO, 3.5.93

Jorge Heitor

A África do Sul que conhecemos como paradigma de desenvolvimento no Continente Negro, com as suas auto-estradas e belos centros comerciais, está em perigo de desaparecer, se acaso a violência se perpetuar. Basta que continuem os assassínios de brancos, como aconteceu no sábado à noite, para que o investimento diminua e o país fique em risco de seguir o caminho de tantos outros territórios africanos.

O assassínio de cinco brancos, às 22 horas de sábado, num hotel dos subúrbios de East London, na província do Cabo, veio aumentar os receios da comunidade sul-africana de origem europeia, que teme o descambar do seu belo país para índices de barbárie que façam lembrar o Quénia dos mau-mau, Angola de 1961 e outras regiões de triste memória.

Quinze brancos já foram mortos na África do Sul desde há seis meses e a tendência é para um cada vez maior confronto entre os diversos grupos étnicos, numa altura em que a maioria negra — farta de esperar — quer à viva força assenhorar-se dos destinos da República, a mais desenvolvida que há a sul do Saara.

Auto-estradas múltiplas, enormes centros comerciais e prédios com mais de 20 andares têm caracterizado um modo de vida que cinco milhões de brancos receiam agora perder, havendo entre eles perto de 700.000 cidadãos de língua portuguesa, em grande parte oriundos de famílias madeirenses.

A polícia disse que, no ataque de sábado à noite, horas antes de se ter efectuado noutra região sul-africana o funeral do presidente honorário do ANC, Oliver Tambo, sete pessoas ficaram feridas (para além dos cinco mortos) pelos disparos de espingardas automáticas AK-47.

As autoridades oferecem uma recompensa de 150.000 randes (perto de 7.500 contos) a quem conseguir capturar os pistoleiros negros, aparentemente cinco, que ajudaram a aumentar o medo da população branca, parte da qual não se resigna a perder os privilégios de que gozava: ser tratada como uma casta de elite e ter sempre ao dispor uma mão-de-obra, negra, bastante barata.

Analistas políticos citados ontem pela agência Reuter manifestaram o receio de que a violência verificada na região oriental da província do Cabo acicate ainda mais os ódios da extrema-direita branca, que já abateu o secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani, e que poderá tentar outros atentados.

Ninguém reivindicou de imediato a acção deste fim de semana, mas a polícia tem como uma das hipóteses o Exército de Libertação Popular Azaniano, movimento de guerrilha do Congresso Pan-Africano (PAC), situado à esquerda do ANC e que recruta os seus homens entre a juventude mais radical, muitas vezes desempregada.

Quanto ao grupo de Nelson Mandela, que aspira a conseguir o voto de mais de metade do eleitorado total da África do Sul, comentou que o ataque ao hotel Highgate foi obra de pessoas que não querem o êxito das conversações em curso entre 26 organizações políticas e sociais. Conversações essas que deveriam culminar com a marcação de uma data para a eleição da desejável Assembleia Constituinte.

O ANC levou ontem a enterrar o seu dirigente histórico Oliver Tambo, que com Mandela e Walter Sisulu havia constituído durante décadas um trio de mosqueteiros profundamente empenhados no desmantelamento do "apartheid".

A cerimónia, de grande aparato, decorreu sem incidentes, mas na véspera à noite duas pessoas haviam sido mortas nas proximidades do cemitério do East Rand para onde Tambo iria ser conduzido a partir de um estádio no Soweto, arredores de Joanesburgo.

Nesse caso, tal como no do hotel da província do Cabo, as armas do crime foram as fatídicas AK-47, de que a África do Sul está cheia e que tanto desgosto têm dado à sua população.

Os Estados Unidos fizeram-se representar no funeral por uma delegação de 18 elementos, incluindo a secretária (ministra) da Saúde, Donna Shalala, e o rev. Jesse Jackson, que comparou a actual fase da vida sul-africana à campanha norte-americana pelos direitos cívicos, em 1963-64.

Mais de 8.000 pessoas, na sua grande maioria negros, morreram em actos de violência verificados na África do Sul durante os últimos três anos. Mas nos últimos meses tem havido alguma tendência para o ritmo dos óbitos abrandar, especialmente no que diz respeito às rixas entre grupos antagónicos, como as que tantas vezes têm oposto simpatizantes do ANC a militantes do Partido Inkatha, que é dirigido pelo chefe tradicional zulu Mangosuthu Buthelezi.

O que está a aumentar é a impaciência de muitos jovens negros quanto ao dia em que poderão finalmente exercer o seu pleno direito de voto, como qualquer cidadão da maior parte do mundo, e ver tanto no Parlamento como no Governo muitos daqueles que durante largos anos se manifestaram contra o monopólio do poder pelos brancos. ■

MNE guineense em entrevista ao PÚBLICO

"Nada temos contra a oposição"

PÚBLICO, 1.5.93

Jorge Heitor

O chefe da diplomacia da Guiné-Bissau entende que o facto de estar detido o coordenador do Fórum Democrático não significa que o PAIGC tenha nada em especial contra os partidos da oposição, como tal. E diz que as primeiras eleições pluralistas daquele país ainda poderão ser este ano.

O ministro guineense dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Cardoso, disse esta semana ao PÚBLICO, em Lisboa, acreditar que as primeiras eleições multipartidárias no seu país — que há 20 anos proclamou unilateralmente a independência — ainda se possam verificar antes do fim de 1993. Mas que isso "não depende única e exclusivamente do Governo nem do partido no poder".

Para Cardoso, membro da direcção do PAIGC que passou por Portugal a caminho da conferência dos PALOP, em São Tomé, a realização de presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau "o mais rapidamente possível" depende do "concurso de todos os actores" e "a oposição é indispensável".

Interrogado sobre as denúncias de que o regime de João Bernardo Vieira quereria aproveitar a movimentação de alguns militares descontentes para decapitar a oposição, o chefe da diplomacia afirmou que a detenção — para averiguações — do coordenador do Fórum Democrático, João da Costa, não significa de forma alguma perseguição a grupos adversários.

Segundo ele, Costa, líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), e Tagne Na Wae, militante do movimento Bafatá, foram detidos enquanto cidadãos eventualmente ligados a militares golpistas e não como quadros partidários, pois que o Governo nada tem contra essas nem contra outras formações políticas.

"Sendo um processo novo (a democratização da Guiné-Bissau), com limitações de vária ordem, é perfeitamente aceitável que haja altos e baixos. Mas o objectivo fundamental é continuar a irreversibilidade do processo. Não é possível voltar atrás" — sublinhou Bernardino Cardoso, que ainda era adolescente quando a independência do seu país foi proclamada, na região de Madina do Boé.

A comissão de inquérito às suspeitas movimentações militares do mês de Março deverá continuar os seus trabalhos, para se concluir dentro das próximas semanas o que é que de facto se verificou — opinou o ministro, de acordo com o qual são 40 (38 militares e dois civis) as pessoas ac-

Continua na pág. 12

RENAMO PROSSEGUE BOICOTE

Alegando falta de dinheiro e condições logísticas em Maputo, a Renamo continua a boicotar a implementação do acordo de paz. Em resposta, Chissano vai avisando estar preparado para a guerra...

● TERESA LIMA (texto) LUSA (fotos)

SÁBADO, 30.4–6.5.93

Quando se intensificavam os sinais de que viriam para Maputo os representantes da Renamo nas comissões de implementação do acordo de paz, uma nova ordem veio de Maringué deitando por terra todas as expectativas. Afonso Dlakama continua a repisar a tecla de que não estão criadas as condições de alojamento para um total de 65 elementos seus, dos quais 20 já se encontravam instalados na capital moçambicana. O governo, por seu lado, afirma que está a fazer tudo ao seu alcance, mas repisa que nada está escrito no Protocolo 3 assinado entre as duas partes em Roma, sobre coisas concretas a conceder à Renamo. Segundo o presidente Joaquim Chissano, o governo comprometeu-se sim a "apoiar, auxiliar e facilitar à Renamo a aquisição dos meios materiais necessários para a sua instalação e trabalho político." Mas esse mesmo compromisso deveria ter o apoio da comunidade internacional, em particular a Itália que anunciou já um fundo de 65 mil dólares, logo que se agudizou a "crise" no processo de paz com a retirada da Renamo para Maringué. Desconhece-se o que foi feito com este montante mas a Renamo alega nada ter recebido até ao momento. Na sequência desta polémica, surgiram informações sobre um acordo secreto entre as duas partes e o governo italiano, sobre um fundo de 30 milhões de dólares para financiar os partidos da oposição. Metade deste valor seria destinado aos homens de Afonso Dlakama. O governo, através do acessor de imprensa da presidência da República apressou-se imediatamente a desmentir a existência de tal acordo, mas a embaixada da Itália em Maputo deixou transparecer que não havia fumo sem fogo, remetendo, contudo, os esclarecimentos para as duas partes. Chissano viria, no entanto, a confirmar o "acordo tripartido", segundo o qual se criaria um "Trust Fund", cujos fundos, doados pela comunidade internacional para apoiar os partidos políticos, seria gerido pelas Nações Unidas.

Aldo Ajello, representante do secretário geral da ONU em Moçambique, que regressou esta semana a Maputo, mostrou-se disposto a resolver, de uma vez por todas, aquilo que chama de "pesadelo" da logística para a Renamo, na capital moçambicana.

Garantindo que a situação se vai ultrapassar dentro de duas semanas, Aldo Ajello, referiu que tinha recebido uma resposta positiva na Europa aos seus pedidos financeiros para o processo de paz. O principal doador será a Itália, referiu Ajello, tendo sido decidido a concessão de dinheiros italianos na última reunião do Conselho de Ministros, antes deste se demitir na semana passada.

O impasse que se verifica actualmente no processo de paz está a levantar protestos da incipiente oposição em Moçambique, que, na sua generalidade acusa a Renamo de estar interessada apenas em arrecadar casas e dinheiro, e não na democracia e estabilidade do país.

Utilizando uma linguagem mais dura e contundente, Joaquim Chissano viria a corroborar estas críticas, numa recente visita às províncias de Manica e Niassa, acusando Afonso Dlakama de não vir para Maputo, por puro "capricho". Um encontro previsto para a cidade de Lichinga, no Niassa, entre os dois dirigentes, foi gorado por alegações de Dlakama de que não existiam condições de segurança para o frente a frente.

Dlakama esteve a semana passada em Pretória e terá deixado as suas queixas e necessidades entre as quais a exigência de cinco milhões de dólares para a Renamo se implantar como partido em todo o território. Aliás, foi também através de um funcionário do ministério sul africano dos Negócios Estrangeiros que chegou à Presidência moçambicana o pedido do lider da Renamo para um encontro com Chissano.

A Renamo continua a usar uma retórica pacifista, mas no terreno prosseguem os impedimentos à livre circulação de pessoas e bens e Maringué está cada vez mais a ser transformada na Jamba moçambicana.

Face a esta situação, Joaquim Chissano, falou pela primeira vez em guerra, desde que a 4 de Outubro, em Roma, subscreveu o Acordo Geral de Paz.

"Se a guerra voltar, será por via de alguém que deseja que ela exista. Se a guerra vier teremos que nos defender"- avisou o chefe de Estado para acrescentar que tais palavras não são uma declaração de guerra, mas um esclarecimento para aqueles que pensam que "o governo se vai deixar levar pela emoção da democracia e da reconciliação, mesmo quando o país esteja em perigo".

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 11

"Nada temos contra a oposição"

tualmente detidas na sequência da alegada "tentativa de golpe de Estado".

Nada indica envolvimento do Movimento Bafatá ou do PRD em actividades conspirativas — especificou Bernardino Cardoso, segundo o qual a detenção de dois cidadãos ligados àqueles partidos foi "coincidência"; e "é perfeitamente possível continuar-se no esforço de normalização da vida política, económica e social na Guiné-Bissau".

Inicialmente tinha-se considerado a necessidade de oito milhões de dólares para a organização das primeiras eleições multipartidárias guineenses, mas agora chegou-se à conclusão de que poderão ser feitas com um pouco menos dinheiro e é por isso que o Governo diz continuar a trabalhar para que as mesmas se concretizem ainda este ano. Contam-se com apoios da Comunidade Europeia, da Suécia, da França, da Alemanha e da Holanda.

Posto perante os condicionalismos que alguns doadores apresentam, como a marcação de uma data concreta para o acto eleitoral e a presença de todas as partes na Comissão Nacional de Eleições, o ministro dos Negócios Estrangeiros manifestou-se convencido de que "a situação será ultrapassada a partir do bom senso de todos os actores implicados neste processo".

Para ele, "tem que haver concessões de ambas as partes, salvaguardando-se sempre os princípios básicos: as leis têm que ser cumpridas, as instituições têm que funcionar e tem que haver diálogo e concertação permanente".

Já no fim da entrevista, Bernardino Cardoso desejou manifestar o seu profundo desagrado por ter ouvido uma estação portuguesa de televisão — que estava a falar de problemas de sida — referir-se ao HIV-2, particularmente detectável em territórios africanos, como "o vírus da Guiné-Bissau". Pareceu-lhe uma prática discriminatória e desabafou: "Os virus não têm nacionalidade". ■

BYE BYE ZIMBABWEANOS

SÁBADO, 30.4–6.5.93

Cerca de 4 mil soldados zimbabweanos regressaram a casa depois de oito anos em Moçambique...

● TERESA LIMA (texto) NAÍTA USSENE (fotos)

Os zimbabweanos saíram de Moçambique com estatuto de "irmãos" cujo sangue se misturou com o dos moçambicanos na luta contra a desestabilização. Foi assim que Joaquim Chissano, o chefe de estado moçambicano, se despediu, em cerimónia oficial, na cidade de Chimoio, província de Manica, dos milhares de militares zimbabweanos.

"O vosso e nosso esforço e sacrifício valeram a pena, pois conduziram-nos a uma sociedade de reconciliação, resultado de um processo em que temos afirmado repetidas vezes: não há vencidos, nem vencedores"- sublinhou Chissano

Na "Parada da Vitória", assistida por milhares de populares e dezenas de jornalistas nacionais e estrangeiros, as tropas do país vizinho, em conjunto com as Forças Armadas Moçambicanas, desfilaram nas suas fardas de gala, exibindo boinas verdes, vermelhas e azuis identificando os diversos ramos do exército zimbabweano. Uma coluna de 30 quilómetros de veículos militares saiu depois da cidade de Chimoio em direcção a Mutare, no Zimbabwe, onde o presidente Robert Mugabe os acolheu como "heróis da Pátria".

Por desejo do executivo de Maputo, a retirada formal dos zimbabweanos teve um carácter bilateral, não estando presentes como convidados nem a ONUMOZ, nem a Renamo.

A pedido do falecido presidente Samora Machel, milhares de soldados zimbabweanos entraram em Moçambique em 1985, onde passaram a proteger o oleoduto Beira-Mutare e o Corredor da Beira, para além do Corredor do Limpopo, em reabilitação, ligando o porto de Maputo àquele país do *hinterland.*

Um milhão de dólares diários era dispendido até ao momento pelo governo de Harare, para a manutenção das suas tropas em Moçambique.

Hoje, o estratégico corredor da Beira passa para a vigilância do contingente italiano das Nações Unidas, enquanto que se aguarda a chegada de capacetes azuis da Zambia para o Corredor do Limpopo. O Corredor de Nacala, no norte do País, ficará sob a protecção de um batalhão do Bangladesh, para substituir os militares malawianos. Tropas uruguaias vigiarão a estrada Nacional nº1, ligando o sul ao centro do país e possivelmente o troço Maputo- Namaacha, junto à fronteira com a Swazilandia. A estrada que liga a cidade de Tete, no nordeste do território com o vizinho Malawi ficará a cargo de um batalhão do Botswana, tendo já chegado 70 de um total de 740 efectivos.

Existe um consenso sobre a necessidade e existência de condições para se dar início ao processo de desmobilização e acantonamento das tropas governamentais e da Renamo, mas Afonso Dlakama tem vindo a fazer afirmações contrariando tais objectivos.

Uma fonte da ONUMOZ disse à **Sábado** que o lider da Renamo exigia a presença de 65 por cento dos efectivos das forças das Nações Unidas para dar luz verde ao processo de desmobilização, mas que a sua posição mudou nos últimos tempos. Afonso Dlakama tem repetido em encontros diversos no seu quartel general na serra da Gorongosa que não aceita a desmobilização das suas forças até que se complete a presença dos capacetes azuis no território.

A mesma fonte garantiu à **Sábado** que tal pretensão não tinha ainda sido comunicada à ONUMOZ, mas que as declarações do líder da Renamo estavam a ser encaradas com alguma preocupação.

Aliás, o Conselho de Segurança da ONU fez um pedido às duas partes para agilizarem um calendário sobre a desmobilição das suas tropas e formarem as forças armadas unificadas antes das eleições multipartidárias. Na resolução 818 aprovada em Nova Iorque, o Conselho de Segurança apela aos dois signatários do Acordo de Roma para que "garantam a liberdade de movimento e facilitem o trabalho de verifição da ONUMOZ".

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 12

RENAMO PROSSEGUE BOICOTE

No entanto, as Nações Unidas e observadores em Maputo consideram que o Governo tem também as suas responsabilidades em certos entraves à implementação do Acordo de Paz, nomeadamente no que diz respeito à assinatura de um acordo para a livre movimentação da ONUMOZ em todo o país, com o objectivo de fiscalizar e investigar as violações de cessar fogo.

PORTUGUESES NA ONUMOZ. A fraca autoridade da ONUMOZ no terreno não tem a haver com os seus efectivos, que agora estão a chegar a Moçambique num passo mais acelerado. Depois de vários "problemas técnicos", tanto em Lisboa como em Lagos, aterrou finalmente em Moçambique o cargueiro russo transportando equipamento e os primeiros 32 capacetes azuis portugueses que vão integrar o batalhão de transmissões da ONUMOZ. Este grupo ficará espalhado por três províncias, nomeadamente Nampula, Sofala e Maputo e tem por missão o começo da instalação do material de telecomunicações que vai assegurar a ligação entre os comandos centrais, regionais e dos batalhões no âmbito da ONUMOZ.

Com ar despreocupado e satisfeito, para muitos não era a primeira vez que pisavam terras moçambicanas. Como o sargento Rita Mendes que cumpriu serviço militar na tropa colonial em Moçambique entre 1971 e 1974. Aqui nasceram os seus filhos e hoje é "com agrado que vem ajudar a construir a paz neste país" como referiu à **Sábado** à sua chegada ao aeroporto internacional de Maputo na passada sexta feira.

Presentemente, o contingente da ONUMOZ possui já em Moçambique mais de dois mil efectivos de quatro naionalidades. Destes, 1809 são oficiais e soldados armados, 152 são observadores militares e 140 são oficiais de apoio e logística.

Os países envolvidos são a Itália (1039), Botswana (720), Bangladesh (25) e Uruguai (25).□

NOTÍCIAS AFRICANAS

Uma seleção criteriosa, precedidade de comentários, de recortes das princitais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a Africa Austral publicadas em jornais e revistas internacionais

Maputo sem alma

PÚBLICO, 2.5.93

O SENTIMENTO mais forte, mostrado nas celebrações do 1º de Maio, em Maputo, foi de desencanto e descontentamento. Um coro de protestos, num desfile de militância apagada. Temos na nossa frente trabalhadores que representam um povo cansado de ser enganado. As gargantas não reagem ao estímulo de Joaquim Chissano, quando grita ao microfone "viva o povo moçambicano unido do Rovuma ao Maputo". Respondem com um "viva" que mais parece um soluço e se há braços que se levantam é mais para elevar os cartazes onde está escrito, com todas as letras, "abaixo os dirigentes corruptos, abaixo a comissão que só estuda o aumento do custo de vida e dos preços dos bens essenciais".

A espaçosa praça dos trabalhadores está quase vazia. Não se juntaram ali mais que duas mil pessoas para celebrar este 1º de Maio. O desfile, pobre, animou um pouco, pela própria natureza dos actores em cena. Cantar e dançar está no sangue. Foi o que fizeram. Dançaram, à passagem pela tribuna onde estavam o Presidente da República, o primeiro-ministro e o secretário-geral da OTM — Organização dos Trabalhadores de Moçambique. Também viraram para a tribuna o cartaz que dizia: "directores ganham três milhões; operários 58.800", este o valor do salário mínimo, inferior a três mil escudos, sujeitos a imposto.

A história da carga fiscal sobre o rendimento mínimo do trabalho é um espanto.

A lei isentava de impostos os rendimentos até ao valor do salário mínimo. Só que a lei citava o valor desse salário. Trinta mil meticais, há mais de cinco anos. Agora o mínimo são 58 mil e 800 mas o decreto da isenção não foi actualizado na letra e o fisco actua como se o tempo não tivesse passado, a moeda desvalorizado e os preços crescido de forma insustentável para a gente pobre. E, nos cartazes lá vem bem escrito: "Não queremos igualdade no salário.

Tudo o que se viu aqui, nesta celebração os trabalhadores, tinha essa confrangedora marca de tristeza, sentimento nada próprio deste povo. Não bastou ouvir o primeiro-ministro Machungo dizer que "se festejava o primeiro de Maio em paz, razão para este dia ser considerado de festa nacional". O Presidente Joaquim Chissano repetiu a alegoria mas as vozes de resposta estavam quase mudas.

Apelo solene

Os pedidos formulados pelo secretário-geral da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos foram simples. Sindicatos livres. Franqueza no diálogo entre a Frelimo e a Renamo e entre estes dois e os outros partidos. A meta, dizia, é não voltar à guerra. Devem lembrar-se todos que nada mudou desde o 1º de Maio de 1992, no âmbito do trabalho e da segurança social a não ser para pior.

Ganha-se o mesmo, trabalha-se mais e os preços não param de subir.

Os trabalhadores lembram que nas celebrações do ano passado lhes pediram para "apertar o cinto". Eram a guerra e a seca as causas. Agora, como num lamento, dizem que "a guerra acabou, até já choveu bastante. Esperamos o quê para aliviar um pouco só este insuportável aperto do cinto?"

O Presidente da República tenta transmitir mais esperança que confiança. Diz-lhes que as perspectivas melhoraram, no clima de paz e no da natureza, que este ano "já vai permitir que Moçambique dependa menos de doações" para se alimentar.

Depois, Joaquim Chissano aludiu a dificuldades que ainda persistem na concretização do processo de paz. Desta vez não se referiu à Renamo. Disse apenas que "há dificuldades criadas por aqueles que não têm pressa. A paz para eles é secundária. Querem só o poder". Enquanto isto se ouvia, nos amplificadores começava a debandada. O discurso de Chissano acabou por ser forçadamente curto. Este foi um primeiro de Maio sem alma. ■

Do nosso enviado
César Camacho, no Maputo

Continuação da pág. 13

BYE BYE ZIMBABWEANOS

A operação das Nações Unidas em Moçambique está a ver o seu trabalho "emperrado" por não ter sido assinado até agora com o governo moçambicano o acordo operacional (Status of forces agreement), permitindo a movimentação do pessoal da ONU em todo o território, facilitando assim a investigação de todas as violações do cessar fogo e garantindo a circulação de pessoas e bens.

O presidente Joaquim Chissano acusou, em Chimoio, a Renamo de estar a impedir a movimentação das populações nas zonas alegadamente sob seu controle, rejeitando a existência de "um país de Chissano e um país da Renamo".

Igualmente o ministro da Construção e Águas, João Salomão, que se encontra a visitar o País de carro, fez acusações idênticas, especificando várias estradas onde postos de controle da Renamo estão a bloquear a passagem de pessoas e viaturas.

Entretanto, tentando responder ao crescente descontentamento entre os soldados governamentais, teve início no dia 16 deste mês a desmobilização de 16 mil efectivos do exército. O processo que conta com a participação de observadores militares das Nações Unidas abrange soldados ainda estacionados nos quartéis de Maputo e Boane, mas que já tinham sido teoricamente desmobilizados no ano passado, antes da assinatura do Acordo Geral de Paz. Segundo apurou a **Sábado**, neste rol estão também incluídos soldados passados à disponilidade depois do 4 de Outubro.

A ONUMOZ e a Organização Internacional para Migração (OIM) providenciam a viagem de regresso às suas zonas de origem. Os 16 mil desmobilizados são registados para receberem seis meses de salário como indemenização.

Quanto aos salários em atraso dos militares ainda no activo, foram agora feitas promessas de que o seu pagamento estará concluído dentro de dois meses, estando a ser feito um levantamento conjunto pelos Ministérios das Finanças e da Defesa. ❑

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Fereira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. – Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. – Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 – Assinatura anual: *Instituições internacionais*: US$ 250.00; *Instituições nacionais*: US$ 200.00; *Pesquisadores*: US$ 100.00 (Dólar comercial) – We ask exchange

IMPRESSO